



INCLUSÃO DOS ALUNOS DO CAMPO NA ESCOLA URBANA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Andrea Carla Rodrigues Theotonio

Secretaria da Educação do Estado

dealuis@hotmail.com

O trabalho apresenta os desafios que atravessam a trajetória da educação do campo a partir da observação do contexto de uma escola urbana que atende alunos do campo. A realidade da escola selecionada para pesquisa foi observada a partir da análise do Projeto Político Pedagógico (PPP), da distribuição dos alunos nas turmas de ensino médio e de depoimentos dos docentes. Apesar da quantidade significativa de alunos que vivem no campo e se deslocam diariamente para a escola localizada na sede do município os interesses e particularidades dessa parcela do corpo discente não estão presentes no PPP. A concepção sobre o campo e seus sujeitos vigente no ambiente escolar precisa ser transformada, para que uma visão melhor contextualizada seja capaz de criar perspectivas no sentido de efetivar os direitos dos alunos do campo que são atendidos pela escola estadual. A inclusão efetiva na comunidade pregada como um dos objetivos da escola se tornará uma realidade quando a identidade, a história, os conhecimentos dos sujeitos do campo estejam presentes no planejamento e no cotidiano da escola.

Palavras chave: Educação do campo, Cotidiano escolar, Projeto político pedagógico.

INCLUSÃO DOS ALUNOS DO CAMPO NA ESCOLA URBANA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Andrea Carla Rodrigues Theotonio

Secretaria da Educação do Estado

Introdução

Como professora de história na rede estadual desde fevereiro de 2009, com lotação na EEEFM Ministro José Américo de Almeida localizada na sede do município de Areia, sempre tive uma quantidade significativa de alunos que residem na zona rural e se deslocam diariamente para a escola de ensino médio na cidade, e os desafios de atender as expectativas dessa juventude do campo sempre influenciaram o planejamento de minhas ações como educadora.



Historicamente em nosso país foi construída uma visão, para o senso comum, de contradição entre campo e cidade, agregando sempre comparações depreciativas ao campo: lugar de atraso e de pobreza, de trabalho pesado e mal remunerado, de poucas oportunidades de desenvolvimento. Enquanto a cidade era desenhada com ares de civilidade, de crescimento, de saber, de prosperidade. O estudioso Sérgio Celani Leite, na obra: Escola rural - urbanização e políticas educacionais faz um balanço histórico da educação rural no Brasil, mostrando o descaso do Estado em promover uma "política educacional" adequada ao homem do campo e afirma que:

A educação rural no Brasil, por motivos socioculturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão – gente da roça não carece de estudos, isto é coisa para gente da cidade. (LEITE, 1999, p.14)

Os sujeitos do campo passam a perceber que a educação também é um direito que lhes cabe e passam a lutar por ele. A trajetória da luta pela terra e pela valorização do homem e da mulher do campo se entrelaça com a reflexão sobre a educação para essa população.

Quando se fala em educação do campo há sempre uma relação com o trabalho da população do campo, pois é fundamental que haja uma reflexão que conecte educação e trabalho. Segundo Miguel Gonçalves Arroyo é uma “reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir sua sobrevivência deste trabalho, é uma educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.” (ARROYO, 2011, p.25)

É imprescindível que se tenha bem claro o sentido de campo que estamos afirmando e priorizando como lugar de sociabilidade, de vida plena. O Movimento “Por uma educação do campo”, cuja primeira conferência nacional ocorreu em julho de 1998, propõe a seguinte definição:

O campo é lugar de vida, onde as pessoas podem morar, trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só o lugar da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terras. O campo é espaço e território dos camponeses e quilombolas. É no campo que estão as florestas, onde vivem as diversas nações indígenas. Por tudo isso o campo é lugar de vida e sobretudo de educação. (ARROYO, 2011, p.137)

O debate sobre educação do campo é complexo e vem sendo construído no Brasil durante as últimas décadas por uma série de instituições: setores do poder público em suas diferentes redes de ensino (federal, estadual e municipal), as organizações não



governamentais que lidam com os sujeitos do campo, os movimentos sociais do campo e educadores e educadoras atuantes nas escolas. Esses educadores estão engajados na valorização dos sujeitos do campo e na construção de um modelo de educação que contemple as diversas demandas.

Nesse sentido um dos objetivos deste trabalho é refletir como a escola urbana que atende uma quantidade significativa de alunos provenientes do campo não discute a realidade de adolescentes e jovens, que trazem expectativas singulares em relação à educação e à escola, em seu projeto político pedagógico.

Metodologia

O primeiro passo foi uma revisão bibliográfica para fundamentar a discussão sobre a temática da Educação do Campo, assim como um olhar pertinente em relação às conquistas alcançadas nessa trajetória. Assim, no intuito direcionar teoricamente essa discussão foram utilizados alguns estudiosos da temática da Educação do Campo, a exemplo de ARROYO (2011) que contextualiza a luta pela Educação do Campo permeada por reflexões extremamente pertinentes em relação ao modelo que se deve buscar e pensa uma “educação, no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz.” (ARROYO, 2011, p.23)

Para atingir o objetivo de refletir sobre a realidade escolar, utilizou-se como fontes primordiais o Projeto Político Pedagógico da EEEFM Ministro José Américo de Almeida, os dados disponibilizados através do censo escolar, dados relativos a organização do sistema educacional do município onde a escola está inserida e as entrevistas realizadas com docentes que atuam na escola.

Resultados e Discussão

A escola selecionada está localizada na Praça Ministro José Américo de Almeida, 321, no centro da cidade de Areia, pertence a Rede Estadual de Ensino do Estado da Paraíba, sob o número da UTB 1312000, supervisionada pela 3ª Gerência Regional de Ensino, sediada em Campina Grande-PB.



A clientela da escola é formada por alunos na faixa etária compreendida entre 11 e 20 anos, em sua maioria o alunado da escola reside na zona urbana, porém possui uma quantidade significativa de alunos provenientes da zona rural, sendo estes distribuídos no ensino fundamental - 6º ao 9º ano e ensino médio - 1º ao 3º ano; durante os turnos manhã (ensino fundamental), tarde e noite (ensino médio).

Com o intuito de conhecer melhor a realidade da escola considero pertinente observar o PPP (Projeto Político Pedagógico) que dever ser o documento norteador de toda a dinâmica escolar. As informações que apresentamos fazem parte do PPP da escola e podem ser relevantes para questionarmos de que forma os alunos oriundos da zona rural são levados em consideração no planejamento e na definição das metas da escola.

a) OBJETIVO GERAL

Oferecer a comunidade ensino de qualidade, integrando pais, alunos, escola e sociedade. E dessa forma desenvolver o senso crítico, trazendo uma transformação social, valorizando a vida, dignidade e a aprendizagem.

b) OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Combater o abandono, a retenção, a evasão escolar e a distorção idade-série;
- Implementar a gestão democrática;
- Ampliar o atendimento em educação integral na escola;
- Assegurar a formação integral na perspectiva da cidadania, diversidade e sustentabilidade humana;
- Propiciar a prática dialógica entre os diversos segmentos da comunidade escolar e da sociedade;
- Assegurar processos participativos e democráticos que contribuam para a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana, valorizando a diversidade;
- Assegurar aos sujeitos educativos o acesso às novas tecnologias como instrumentos de mediação da construção da aprendizagem.

O PPP abriga ainda ambição de:

- (a) fomentar a melhoria do clima escolar, no que se refere ao respeito, solidariedade, disciplina e diminuição da violência;
- (b) oferecer condições para a melhoria da formação social do aluno;
- (c) promover uma cultura de avaliação como instrumento de aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem;
- (d) apoiar a gestão participativa;
- (e) contribuir para melhoria do ambiente físico da escola com relação a instalações e equipamentos.

É importante frisar que a EEEFM Ministro José Américo de Almeida não é uma escola do campo, mas atende uma parcela significativa de alunos provenientes



desse espaço, é válido observar o número de alunos do ensino médio de acordo com a localidade onde residem.

TURMA	ZONA RURAL	ZONA URBANA	TOTAL	ZONA RURAL	ZONA URBANA
1º Ano A	04	35	39	10,3%	89,7%
1º Ano B	02	32	34	5,9%	94,1%
1º Ano C	01	21	22	4,5%	95,5%
1º Ano D	32	04	36	88,8%	11,2%
1º Ano E	27	06	33	81,8%	18,2%
2º Ano A	07	28	35	20%	80%
2º Ano B	09	23	32	28%	72%
2º Ano C	16	15	31	52%	48%
3º Ano A	06	32	38	15,8%	84,2%
3º Ano B	12	22	34	35,3%	64,7%
3º Ano C	25	05	30	83,3%	16,7%
3º Ano D	08	04	12	66,6%	33,4%
	149	227	376	39,7%	60,3%

Dados do Censo Escolar do Ensino Médio da EEEFM Ministro José Américo de Almeida.

Reproduzimos as categorias “zona urbana e zona rural” porque ao preencher o formulário de matrícula na escola é assim que o aluno identifica sua residência. Essa informação não consta em nenhum outro documento da escola disponível aos professores como as listas de alunos elaboradas no início do ano letivo ou os diários de classe. Os professores que não tem a preocupação de perguntar diretamente aos alunos onde cada um reside, muitas vezes não tem a noção que estão lecionando em uma turma onde a maioria dos alunos é proveniente da zona rural.

A quantidade significativa de alunos vindos da zona rural no ensino médio pode ser explicada pela organização da rede de ensino municipal e estadual em Areia. As crianças que residem na zona rural realizam a primeira etapa do ensino fundamental nas escolas municipais localizadas próximas as suas residências, quando ingressam nos anos finais – 6º ao 9º ano - do ensino fundamental são agrupadas nas escolas que estão nos distritos. De forma que temos quatro escolas na zona rural que atendem à demanda do 6º ao 9º ano:



- Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Abel Barbosa da Silva no Distrito de Mata Limpa.
- Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental José Lins Sobrinho no Distrito da Usina Santa Maria
- Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental João César no Distrito de Muquém.
- Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Vereador Nelson Carneiro no Distrito de Cepilho.

Quando os alunos moram em comunidades rurais distantes da sede dos distritos a rede municipal de ensino é responsável pelo transporte até a escola mais próxima. Concluída essa etapa os alunos que irão iniciar o ensino médio precisam agora se deslocar para a cidade e tem como opções as escolas estaduais que oferecem essa modalidade de ensino: a EEEFM Ministro José Américo de Almeida, a EEEFM Carlota Barreira e a EEEFM Álvaro Machado.

De acordo com essa realidade a EEEFM Ministro José Américo de Almeida quando recebe os novatos para o 1º Ano do ensino médio tem alunos que tiveram toda a vida escolar no campo, próximo de suas residências e a partir do ensino médio enfrentam uma nova dinâmica escolar.

Essa realidade infelizmente não é retratada no Projeto Político Pedagógico da escola onde todas as referências aos alunos são feitas de forma generalizada. Nos objetivos e metas do PPP expostos anteriormente não há uma atenção específica para as demandas do processo de ensino e aprendizagem dos alunos vindos do campo, de forma que as vivências desses alunos não são valorizadas pela escola.

Quando no objetivo da escola está descrito que a proposta de “oferecer a comunidade ensino de qualidade, integrando pais, alunos, escola e sociedade” é uma reflexão que precisa ser feita com urgência pela comunidade escolar: os pais dos alunos do campo participam dessa integração? De que forma a comunidade campesina na qual os alunos estão inseridos faz parte dessa sociedade que a escola quer integrar?

Muitas vezes o contato dos pais dos alunos do campo com a escola fica restrito ao momento da matrícula, infelizmente a comunidade escolar (gestão, professores e alunos) ainda não criou mecanismo para proporcionar uma maior participação desses pais no cotidiano escolar, seja nas reuniões, seja nos eventos. Se a presença física dos pais na escola ainda deixa a desejar, estamos longe de promover uma integração com essa parcela da comunidade escolar para pensar estratégias e tomar decisões coletivas.



Em relação a própria identificação dos alunos do campo, que deveria ser apenas uma informação inicial, dentro de um projeto mais amplo há uma certa invisibilidade desta questão como podemos perceber no seguinte relato de uma professora: “Eu acho que deveria ter nas listas de alunos onde eles moram pra gente ficar sabendo por conta dos transportes no período de inverno.”¹

Na verdade, o que aparece nesse depoimento é apenas uma preocupação com os atrasos ou as ausências dos alunos no período do inverno, pois uma parcela significativa das estradas fica intransitável devido as chuvas e muitos alunos não tem como comparecer às aulas durante esse período. A percepção que esses alunos são sujeitos que tem uma identidade, uma história, uma ligação com o mundo do trabalho no campo que a escola precisa perceber, valorizar e contribuir para a aquisição de novos conhecimentos que façam sentido para a vida não aparecem nos depoimentos dos professores que colaboraram nesta pesquisa. Outros relatos discorrem sobre as diferenças no rendimento escolar, identificando os alunos do campo como sendo aqueles que tem “uma dificuldade maior” e a proposta realizada é uma ‘adaptação’ na avaliação.

No cotidiano corrido que a gente tem nem sempre é possível preparar aulas específicas para cada turma, geralmente tem que se fazer uma adaptação nas avaliações para atender as turmas que tem rendimentos diferentes. No geral as turmas que vem da zona rural tem uma dificuldade maior, tem outros problemas: questão dos transportes, os atrasos...²

A gente vê que as turmas que vem da zona rural demoram um pouco a entrar no ritmo dos outros que já são alunos nossos, tem que ter um pouco de paciência.³

Na verdade, a proposta para satisfazer aos diferentes níveis de rendimento seria um planejamento que levasse em consideração os interesses da turma e percebesse as dificuldades como etapas a serem trabalhadas e superadas, não como traços de identificação entre os alunos provenientes do campo como os que tem mais dificuldade de aprendizagem.

É válido também refletir o que significa ‘entrar no ritmo dos outros’. É uma tentativa de padronização do comportamento, do rendimento escolar, do processo de aprendizagem?

¹ Entrevista realizada na EEEFM Ministro José Américo de Almeida em 10 de setembro de 2014.

² Entrevista realizada na EEEFM Ministro José Américo de Almeida em 11 de setembro de 2014.

³ Entrevista realizada na EEEFM Ministro José Américo de Almeida em 11 de setembro de 2014.



Até que ponto essa postura colabora para diminuir a autoestima do aluno que mora no campo e está num ambiente novo? Lembrando que esse ambiente é a escola, onde o aluno deve se sentir acolhido e valorizado.

A educação do campo tem orientações que podem e devem ser observadas e seguidas por uma escola urbana que atende alunos que moram no campo. Para que a identidade dos sujeitos do campo possa ser reconhecida e assumida no trabalho pedagógico escolar, coloque-se algumas transformações que são necessárias e devem estar presentes no cotidiano escolar, além disso são orientações que instigam uma melhoria geral na educação e na escola, seja ela do campo ou não.

1. Pensar o papel da escola pautado em três eixos:

- Compromisso ético/moral de cada participante das práticas educacionais vistos sempre como pessoas únicas e que tem disponibilidade para contribuir com um trabalho coletivo;
- Compromisso com a intervenção social – a escola deve estar conectada com o desenvolvimento local, colaborando diretamente na formação do sujeito que vive no campo;
- Compromisso com a cultura do povo do campo – é preciso levar em consideração todos os valores vivenciados no campo e primar por uma educação que torna visível uma memória histórica de seus sujeitos.

2. Pensar o papel da gestão escolar que deve atuar para favorecer de forma concreta a democratização da escola. Essa democratização não pode ficar apenas na teoria, tem que se tornar palpável: na ampliação do acesso à escola, na maior participação (quantitativa e qualitativa) da comunidade, onde a escola está inserida, nas decisões administrativas e pedagógicas, na participação efetiva dos alunos e alunas no tocante à gestão do cotidiano escolar.

Conclusões

Refletir sobre a trajetória da educação do campo, os avanços conquistados e muitos deles já assegurados pela legislação brasileira serve para perceber que os desafios postos nesse caminho ainda são muitos. O compromisso com os sujeitos do campo, em especial com os alunos e alunas, deve ser uma opção firme realizada por cada educador(a) na sua realidade de trabalho e de vida. O trabalho cotidiano em uma escola urbana que atende alunos e alunas provenientes do campo é desafiador no sentido de que há muito a ser construído e a ser modificado. Um primeiro passo que é de fundamental importância é a transformação da visão



sobre o campo que ainda povoa as concepções vigentes na comunidade escolar. É válido reforçar que a educação do campo é um movimento que “reconhece o campo como lugar onde não apenas se reproduz, mas também se produz pedagogia; reflexão que desenha traços do que pode se constituir um projeto de educação ou de formação dos sujeitos”. (ARROYO, 2011, p.154)

Dessa forma é preciso compreender que o campo produz conhecimento e também sugere maneiras, gestos, indicações para que esse conhecimento seja transmitido. Os sujeitos do campo não são meros reprodutores ou copiadores passivos de uma educação imposta; eles tem interesses próprios e autonomia para buscar uma vida plena.

Na experiência como professora de história é necessário nunca deixar de valorizar e trazer presente na sala de aula a história da educação do campo, a trajetória de líderes populares, as histórias de vida que perpassam a própria história das comunidades. Nesse sentido o papel da historiadora é imprescindível, lembremos da afirmativa de Eric Hobsbawm:

A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importante que nunca no fim do segundo milênio. (HOBSBAWM, 1995, p. 13)

Referências Bibliográficas

ARROYO, Miguel Gonzalez. CALDART, Roseli Salete. MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra. Escola é mais que escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

Documento Final da I Conferência Nacional de Educação do Campo. Luziânia, 1998.

Documento Final da II Conferência Nacional de Educação do Campo. Luziânia, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia. Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

GADOTTI, Moacir. **Autonomia da Escola. Princípios e Propostas.** São Paulo: Cortez, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação.** 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos - o breve século XX: 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais.** São Paulo: Cortez, 1999.

MARTINS, José de Souza (org.). **Introdução crítica à sociologia rural.** São Paulo: HUCITEC, 1981.

_____. **A questão agrária brasileira e o papel do MST.** In: STÉDILE, João Pedro (org.). A reforma agrária e a luta do MST. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. **O cativo da terra.** 8ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2004.

MEC. Relatório do Seminário sobre Educação do Campo. Brasília, outubro de 2003.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **Construção das Escolas Famílias Agrícolas no Brasil. Ensino Médio e Educação Profissional.** Brasília: UnB, 2004.